



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CONDEMA - BIÊNIO 2017/2019 - 13/09/2019

Ao décimo terceiro dia do mês de Setembro do ano de dois mil e dezenove, na Sala dos Conselhos da Universidade Aberta do Brasil, UAB, localizada à Avenida São João, nº 545, Centro, Peruíbe/SP, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, CONDEMA, para a 18ª reunião ordinária do biênio 2017/2019. Compareceram os seguintes conselheiros: Rosângela Barbosa, representante titular da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; Marcelo Mouro Campos, representante suplente da Secretaria de Meio Ambiente; Karen Gewehr, representante suplente do Gabinete do Prefeito; Gilberto Bueno, representante titular da FUNAI; Cristiano Vieira Gonçalves, representante suplente da FUNAI; Aruã Fernandes Antunes, representante titular da Fundação Florestal; Joaquim do Marco Neto, representante suplente da Fundação Florestal; Maridel Vicene Polachini Lopes, representante titular do MoCAN; Bruno Lima, representante suplente do MoCAN; Rodrigo Del Rio do Valle, representante titular do Instituto BIOCESCA; Syllis Paes de Bezerra, representante titular da ECOPHALT; Mônica Teixeira Leite, representante suplente da ECOPHALT; Bruno Ignatti, representante titular do MOPS; Gabriel Moraes Gasparoto, representante titular da Associação Residencial Jardim São Luiz; Rubens Soares Martins, representante suplente do IBIMM. Rosângela Barbosa, presidenta do CONDEMA, abriu a reunião às 14:25 horas, com a leitura e aprovação por unanimidade da ATA da reunião anterior. No item 1 da pauta, a I Conferência do Meio Ambiente de Peruíbe, falou sobre a reunião realizada com a comissão de conselheiros formada para auxiliar na organização e os demais articuladores do evento, sobre a necessidade de oficializar através de publicação no BOM e definir o nome; o eixo temático e o local já estão definidos. O grande tema será as Mudanças Climáticas, os desafios da gestão calcados nos 4 pilares do IPCC, matriz energética, desmatamento, uso do solo e consumo. Aproveitou para apresentar a Diretora de Agricultura, Sra. Juanita Nasser Trigo, ressaltando a importância do diálogo entre agricultura e meio ambiente, a necessidade de se manter na Zona Rural pessoas que invistam em práticas sustentáveis. Citou o Projeto Conexão Mata Atlântica, que está atuando na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar. Os conselheiros Joaquim e Cristiano sugeriram um GT que tratasse sobre as UC, e a ocupação em seus limites por projetos de matriz sustentável. Também foram sugeridos os eixos da fiscalização e dos resíduos sólidos com ênfase no lixo marinho, que seria gerido pelo BIOCESCA. Falou no interesse em convidar o Secretário de Meio ambiente de Guarujá, o Sr. Sidnei Aranha, para falar no evento, e lembrou que em reunião na CONDESB, no dia anterior, haviam sido colocados dois grandes eixos de atuação, as mudanças climáticas e a fiscalização. A educação ambiental foi elencada como o terceiro GT a ser formado e os espaços protegidos, manutenção das florestas e produção sustentável como o quarto GT. Comentou sobre as atividades do sr. Leonildo



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

com a apicultura, do conselheiro Bruno Lima com a abelha sem ferrão, do conselheiro Joaquim com o Projeto Conexão Mata Atlântica e da comunidade indígena. Aproveitou para lembrar que há o risco do avanço dessa ocupação irregular na fronteira da TI (Terra Indígena) e da importância da participação além da representação da FUNAI. Abriu a oportunidade para quem quisesse sugerir lideranças para os GT. Em seguida, procedeu-se à escolha dos logos do CONDEMA e da Conferência, que serão utilizados no material de divulgação. Na sequência dos itens da pauta, a presidenta fez a apresentação do Plano de Monitoramento e Fiscalização Integrada de Ocupações Irregulares, do **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLPL)**, que tem por objetivo conter a degradação da Mata Atlântica decorrente da ocupação desordenada do solo. O Plano cria uma rede de operações ambientais com o Governo do Estado, FF, Polícia Militar Ambiental, Instituto Geológico e os municípios. Foi assinado em 2015, iniciou em 2016 com a criação de uma *Sala Ambiental de Operações (SAO)*, recebeu repasse de 130 mil reais (veículo e equipamentos), e está sendo implantado em etapas, que se iniciaram com o *Diagnóstico das Áreas de Interesse* (Julho/2016 a Fevereiro/2017). Nessa fase, foram identificadas e incluídas 4 áreas para monitoramento por radar, que são as áreas de pressão no município, onde cada vez que há desmatamento de pelo menos 300m² é feito o acionamento: Manacá dos Itatins, Guarau, Morro das Panelas e Cajueiro e Adjacências. Entre Janeiro e Junho/2017, houve a etapa de *Realinhamento*; Julho/2017 a Fevereiro/2018, *Elaboração Dos Planos de Fiscalização Integrada De Ocupações Irregulares*; Março/2018 a Dezembro/2020, *Execução e Aprimoramento*. Falou sobre a adesivagem do veículo que receberam e seu uso exclusivo para ações de fiscalização. Explicou a metodologia implantada que identifica o cadastro e o proprietário do terreno onde haja desmatamento irregular, que é prontamente autuado. Conforme explica, em Bertioga, já conseguem cobrar do proprietário do imóvel o valor dos custos da ação fiscalizatória. Disse que houve uma prisão por desmatamento essa semana no Cajueiro, mas mesmo assim os desmatamentos continuam. Lembrou que as denúncias sobre a ocupação irregular dessa região chegaram ao CONDEMA em 2017 através do Sr. Leonildo Spinoza, presidente da APRUMOCAJAA (Associação dos Proprietários Rurais Moradores do Cajueiro, Jaqueira e Adjacências), de que a zona rural estava sendo descaracterizada; que se comprometeu a atuar na questão, mas em âmbitos específicos, via Polícia Ambiental e judiciário. Ressalta que responde por todas as ações que aconteceram a partir da sua entrada na gestão, em 2017, pois o seu compromisso é com o Meio Ambiente e sua preservação. Conta que iniciou um trabalho investigativo, esteve com o diretor de MA, Marcelo Mouro conversando com o Sr. João, responsável pelo Centro Técnico de Fiscalização Ambiental. Citou a questão da sobreposição da Gleba 9 na área indígena, área de APP, onde há cursos d'água e não é possível a ocupação. Falou sobre a área do Recreio Santista que é totalmente irregular mas teve o cadastro autorizado por gestão anterior, com interesse em tributar área de ocupação irregular e vetor de pressão na TI, promovendo o risco de invasão. Falou que já foram emitidos



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

300 autos de infração nos últimos anos, que não tiveram retorno. Um dos envolvidos tem uma folha de antecedentes criminais com 19 folhas; fatiaram a área, subnegociam, atraem pessoas de outras regiões do Estado para morar lá ou construir uma segunda moradia. Diante disso, casa em construção sem condições de habitabilidade, vai para o chão. A proprietária da área em questão, que está em inventário, já se apresentou e está colaborando no processo, ela possui cerca de 10% do território municipal; é espólio e não pode ser vendido sem autorização judicial. Em Março/2017 o Instituto Ernesto Zwarg entrou com uma ação deficitária que demandou ida a campo da Polícia Ambiental juntamente com o Oficial de Justiça. Ação conjunta com a Elektro, que enviou 2 técnicos, também retirou 4 km de fiação irregular de ligações clandestinas, que já tinham causado a morte de um cavalo eletrocutado ao pisar no fio desencapado. A ação seguiu duas linhas: desconstrução das casas sem habitabilidade e destruição da infraestrutura. A presidenta apresentou o relatório da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, falou que as ações têm um recorte preciso e responsabilidade, pois são áreas de maciço florestal e que a proprietária está sendo acionada para retirar os escombros. Aproveitou para colocar que está sofrendo um linchamento moral e há uma movimentação que tenta colocar a ação como sendo dela e não uma ação conjunta das entidades e órgãos envolvidos na atuação. Há denúncias de 100 famílias da periferia da capital que se mudariam para o local. O visitante Sr. Leonildo Spinoza, presidente da APRUMOCAJAA, explica que há uma especulação imobiliária, que isso vem acontecendo há vários anos, que tentou dialogar com os responsáveis mas não conseguiu. Diz que tem gente forte na defesa deles, com advogados, políticos; que a associação que representa tem um controle, que são agricultores familiares que usam a terra de maneira sustentável. Reclama que já pediram o fechamento das estradas irregulares e não conseguiram. Ressalta que somente conseguiu apoio agora, com a Secretária de Meio Ambiente e Agricultura. Lembra que lá tem muito veranista e que deviam comprar imóvel onde é permitido; que aqueles que foram enganados devem procurar quem vendeu para pedir o ressarcimento, resolver na justiça. Também conta que foi o responsável pelo cadastramento dos moradores que iriam receber o “Luz para todos”, e que foram apenas os que estavam regulares que tiveram acesso. A visitante Sra. Lílian, representante da TI, falou que o vice-cacique esteve na reunião do CONSEA, mas que tem dificuldade em participar pois há muitas discussões que não consegue entender e que quando foi buscar ajuda contra a termoelétrica no Conselho, descobriu que eles eram a favor do projeto. Acrescentou que sofrem ameaças, que construíram uma casa com piscina, que estão roubando a luz elétrica e a água, além de cortarem uma árvore centenária que havia no local. Diz que já denunciaram ao Meio Ambiente e à SABESP e ninguém fez nada. Disse que foram informados de que a Secretária de Meio Ambiente havia recebido uma denúncia de que eles estavam vendendo terra, mas “que não tem disso lá” (*sic*). Que já denunciou alguns sobrados que estão sendo construídos no caminho da praia e que nada aconteceu. Diz que no início havia um grupo de posseiros de boa fé e hoje há um aumento nas invasões e não sabem o que



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

Rua Nilo Soares Ferreira nº 50 – Centro - CEP 11750-000

Fone (13) 3451-1000 - Fax (13) 3451-1034

<http://www.peruibe.sp.gov.br> e-mail: prefeitoperuibe@peruibe.sp.gov.br

fazer pois vai tudo para a FUNAI. A presidenta diz que vai ser feito um acordo intersetorial para barrar essas ligações irregulares. Propõe a elaboração de um plano com a Aldeia, com a criação de uma metodologia de identificação da área, da expansão e incluam a FUNAI por haver limitação de competência. O conselheiro Gilberto diz que, de acordo com os dados de 2014, há 106 propriedades não indígenas na TI, sendo que 64 já passaram por avaliações para serem indenizadas, 14 se recusaram a receber a FUNAI e as restantes não foram ainda identificadas. Fora isso, é tudo invasão. A presidenta lembra que lá é TI, então não são indenizáveis, razão pela qual todos que não se enquadram nessas 106 propriedades identificadas devem ser retirados sumariamente. Com o congelamento da área sob ação da fiscalização, a probabilidade é que migrem para a TI. Já foram identificados 3, todos de segunda moradia. O conselheiro Gilberto cita a Pousada da Loira, do José da Silva, que foi autuado por roubo de energia e que voltou com documentos sem validade. Diz que está aqui desde 2015, vendo o maior descaso do poder público com os indígenas e que a Secretária é o sonho da FUNAI, pois pela primeira vez há um interesse em tratar dessa questão. A presidenta sugere uma reunião com a comunidade indígena para alinharem ações conjuntas para a proteção da Terra Indígena, pede ajuda para atuar nessa defesa. Vai agendar reunião para a elaboração de um Plano de Trabalho e Monitoramento da área, em parceria entre Prefeitura Municipal, Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, FUNAI e lideranças indígenas. A conselheira Mari solicita a palavra e sugere, em vista do exposto, que o CONDEMA faça uma moção de apoio à ação de fiscalização que está sendo desenvolvida e que foi apresentada hoje aos conselheiros, para ser entregue ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara dos Vereadores, ao Promotor de Justiça do Fórum de Peruíbe e à Comissão do Meio Ambiente da ALESP. A sugestão da moção é encaminhada, sendo aprovada por unanimidade. A conselheira Mari ficou responsável pela elaboração do documento e recolhimento das assinaturas. Às 16h08 a reunião é encerrada com os agradecimentos da presidenta.

Peruíbe 13 de Setembro de 2019.

Assinatura no original

Rosângela Barbosa
Presidenta do CONDEMA

Maridel Vicene Polachini Lopes
Secretária Executiva